

MOÇÃO SETORIAL

O FUTURO É CIRCULAR:

TRANSIÇÃO VERDE, IGUALDADE E JUSTIÇA TERRITORIAL NO DISTRITO DO PORTO

1. Um modelo esgotado

Ao longo das últimas décadas, o capitalismo tornou-se o paradigma económico a nível global. Expandindo-se através da industrialização e do comércio global, os diferentes modelos capitalistas foram sucessivamente reforçados por instituições internacionais e cadeias globais de produção, atendendo à sua elevada capacidade de inovação e de crescimento. No entanto, tal expansão económica tem assumido, em determinadas circunstâncias, um curso desregulado que foi desencadeando uma pressão crescente sobre sistemas ecológicos que não conseguem regenerar-se ao mesmo ritmo.

Neste sentido, não é possível continuarmos a depender de uma racionalidade extrativista, que assume os recursos naturais como ilimitados e os territórios como espaços de despejo. Não é possível continuarmos a ignorar a evidência – amplamente documentada – de que quando o crescimento económico depende do aumento contínuo do consumo, aumenta também a produção de resíduos.

Urge, portanto, valorizar o papel das autarquias na reversão desta lógica que, muito para lá da degradação ambiental, tem gerado profundas desigualdades territoriais e custos sociais transgeracionais. Enquanto nível de poder mais próximo das populações, os municípios são hoje chamados a desempenhar um papel central na transição para um paradigma alternativo: uma economia circular, assente na redução do desperdício, na reutilização e na valorização dos recursos, que substitua o modelo tendencialmente vigente – extrair, produzir, descartar.

O Partido Socialista (PS) reconhece, desde a sua fundação, *“a defesa do ambiente e a criação de uma consciência ecológica”* enquanto *“uma das causas mais nobres e uma das necessidades mais prementes do nosso tempo”*¹. Assim sendo, e por princípio, a Federação Distrital do Porto deve assumir-se como líder da transição verde no nosso território, afirmando a sustentabilidade como eixo central da ação socialista autárquica. Através dos diferentes órgãos partidários e institucionais, os socialistas do nosso distrito devem reconhecer o combate ao desperdício como forma de mitigar desigualdades

¹ Cf. Declaração de Princípios do Partido Socialista.

estruturais, bem como promover a passagem de uma lógica de gestão de resíduos para uma lógica de governação dos recursos como expressão de uma política pública progressista – e, sobretudo, de justiça intergeracional.

Esta transição não pode, contudo, ser pensada apenas como uma resposta ambiental ou tecnológica. Deve ser assumida como uma agenda de justiça social. As mulheres, em particular as que vivem em contextos de maior vulnerabilidade económica, as famílias monoparentais, as pessoas idosas e as cuidadoras informais, enfrentam de forma mais intensa os impactos da degradação ambiental, da pobreza energética, da desigualdade no acesso a serviços e da sobrecarga associada à gestão quotidiana da vida familiar e comunitária. Uma política socialista para a economia circular deve, por isso, reconhecer que não há transição verde justa sem igualdade de género, coesão territorial e valorização do trabalho invisível que sustenta as comunidades.

2. O distrito do Porto perante o desafio da economia circular

Em matéria de transição verde, o distrito do Porto avança a velocidades diferentes. Enquanto existem municípios que reconhecem a economia circular como conceito central, desenvolvendo a partir deste a sua política ambiental, noutros, o tema parece surgir apenas periféricamente.

Esta desigualdade territorial exige uma resposta política diferenciada. No distrito do Porto, a transição verde não pode avançar apenas onde há maior capacidade técnica, financeira ou administrativa. Deve chegar também aos concelhos com menor escala, menor densidade institucional e maiores constrangimentos operacionais. Caso contrário, a economia circular corre o risco de aprofundar assimetrias já existentes, penalizando precisamente as populações que mais dependem de serviços públicos próximos, acessíveis e bem organizados.

Do mesmo modo, o Decreto-Lei n.º 24/2024 de 26 de março prevê que todos os municípios indexem as *“tarifas de resíduos aplicadas à efetiva produção de resíduos, no sentido de responsabilizar cada produtor pelos resíduos que efetivamente produz”*. Todavia, até à data, apenas um município no distrito do Porto implementou o sistema PAYT², sendo que os restantes continuam, na sua maioria, a indexar a taxa de resíduos

² (Pay-As-You-Throw): modelo segundo o qual as famílias pagam o serviço de gestão de resíduos em função da quantidade (volume ou peso) de resíduos indiferenciados que produzem. Assim, as famílias que reduzem a quantidade de lixo indiferenciado, aumentando a separação de resíduos para reciclagem e produzindo menos lixo, pagam menos. [Fonte: DECO PROTESTE].

ao consumo de água ou a uma tarifa fixa: cobrando basicamente pelo serviço e não pelo comportamento, de acordo com o princípio do poluidor-pagador.

A recolha seletiva de biorresíduos, obrigatória desde 1 de janeiro de 2024, ainda não chegou a todos os concelhos do nosso distrito. Não desconsiderando as vicissitudes procedimentais – tanto a nível de investimento como de execução – e não desmerecendo, de modo algum, os progressos alcançados, a realidade é que a justiça ecológica, no distrito do Porto, ainda está por cumprir.

3. Liderar a mudança: o compromisso da Federação Distrital do Porto

Para além de promover o debate intrapartidário e com a sociedade civil sobre a economia circular, em geral, e sobre a gestão de resíduos, em particular, a Federação Distrital do Porto do Partido Socialista deverá diligenciar, junto dos seus eleitos:

- ➔ a construção e otimização de políticas municipais progressistas e verdes que reconheçam a economia circular enquanto conceito fundador, através de instrumentos de planeamento estratégico em linha com as diretrizes nacionais e europeias;
- ➔ a extensão da recolha de biorresíduos a todos os concelhos do distrito, com vista à evolução para um sistema de recolha porta-a-porta, considerado mais eficaz em termos de quantidade de material recolhido e de baixa contaminação³;
- ➔ a implementação de sistemas PAYT nos 18 municípios, de modo a aplicar o princípio do poluidor-pagador, que recompensa o esforço de quem recicla corretamente, e que acaba com o subsídio cruzado, no qual (ainda que indiretamente) o cidadão paga pelos resíduos de quem não recicla ou gera desperdício;
- ➔ o apoio à economia local do reparo e da durabilidade dos produtos, no sentido de incentivar um consumo mais sustentável, facilitar a reparação de produtos defeituosos e reduzir o desperdício⁴;

³ Cf. Zero Waste Europe (2024). *Como fazer uma melhor recolha de biorresíduos: Guia para municípios com os métodos de melhor desempenho para a recolha seletiva de biorresíduos*. <https://zerowasteurope.eu/wp-content/uploads/2024/11/How-to-best-collect-bio-waste-PT.pdf>

⁴ Cf. Parlamento Europeu (2025). *Direito à reparação: a ação da UE para tornar as reparações mais interessantes*. <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20220331STO26410/direito-a-reparacao-a-acao-da-ue-para-tornar-as-reparacoes-mais-atrativas>

- o aprofundamento da cooperação intermunicipal na gestão sustentável de recursos (uma vez mais) numa perspetiva de justiça ecológica;
- a utilização estratégica de fundos públicos para acelerar a transição verde;
- a promoção da participação ativa das mulheres, das associações locais, das escolas, das IPSS e dos movimentos cívicos na definição das políticas municipais de economia circular, reforçando a democracia participativa e a corresponsabilização comunitária;
- a criação de uma agenda distrital, socialista, para a economia circular, com partilha de boas práticas entre municípios, capacitação dos eleitos locais e monitorização dos progressos alcançados em matéria de biorresíduos, reutilização, reparação e redução do desperdício;
- o incentivo à criação de emprego verde digno, com especial atenção à qualificação de mulheres e jovens em áreas ligadas à reparação, reutilização, educação ambiental, inovação social e gestão sustentável de recursos.

4. O futuro é circular

A transição para uma economia circular tem de passar a ser tida como muito mais que uma resposta técnica aos desafios da gestão de resíduos – isto é, contemplada como uma escolha política sobre o modelo de desenvolvimento que queremos aplicar no nosso território e, sobretudo, para o nosso futuro coletivo.

Mediante um paradigma económico que continua a privilegiar a extração, o consumo e o descarte, cabe ao poder local afirmar uma alternativa assente na responsabilidade coletiva, na valorização dos recursos e na sustentabilidade ambiental – ao abrigo do conhecido mote “pensar global, agir local”. Porque a transição verde requer políticas públicas capazes de proteger o meio ambiente, que simultaneamente valorizem a coesão territorial, a equidade entre cidadãos e a responsabilidade para com as gerações futuras.

É neste contexto que a Federação Distrital deve assumir um papel mobilizador, promovendo o debate em torno da transição verde no distrito, e incentivando os autarcas socialistas a colocarem a economia circular no centro da ação política ambiental: no amplo reconhecimento de que tal transformação significa, também, promover uma nova forma de governar – mais estratégica, mais sustentável e mais justa.

O futuro é circular porque não pode continuar a ser descartável. Não podem ser descartáveis os recursos, os territórios, as comunidades, nem as pessoas. Para o Partido Socialista, a transição verde deve ser uma escolha política profundamente humanista: proteger o ambiente, reduzir desigualdades, valorizar o poder local e garantir que ninguém fica para trás.

A Federação Distrital do Porto deve, por isso, assumir uma liderança clara na construção de uma agenda autárquica socialista para a economia circular, mobilizando eleitos, militantes, mulheres socialistas, jovens, associações e comunidades locais. Esta liderança deve traduzir-se em políticas concretas, avaliáveis e territorialmente ajustadas, capazes de transformar a gestão de resíduos numa verdadeira governação sustentável dos recursos.

Liderar a transição verde é também liderar uma nova forma de fazer política: mais próxima, mais responsável, mais participada e mais justa. Uma política que reconhece que a sustentabilidade não é apenas uma meta ambiental, mas uma condição de igualdade, dignidade e futuro.

O futuro é circular. E cabe ao Partido Socialista liderar esta mudança no distrito do Porto, com ambição, responsabilidade e justiça social.

